

POPULAÇÕES INDÍGENAS E (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR: uma análise pós-governo Bolsonaro

Agnes Maria da Silva Gama¹

Bruna do Socorro Oliveira Trindade²

Nathália Luz de Lima³

Talita de Paula Lima de Sousa⁴

Wellen Tayane Rodrigues Miranda⁵

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a (in)segurança alimentar de povos indígenas após o último governo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com análise qualitativa sob a ótica do materialismo histórico dialético. Os resultados indicam que diversas ações do Estado foram responsáveis pela intensificação da fome nos territórios indígenas e a necessidade de intervenções para promover a soberania alimentar e nutricional desse grupo.

Palavras-chave: Questão indígena 1; (in)segurança Alimentar 2. Políticas Públicas 3. Direitos Humanos

ABSTRACT

This paper aims to analyze the food (in)security of indigenous peoples during the last government. This is a bibliographic research, with qualitative analysis from the perspective of dialectical historical materialism. The results indicate that several actions of the State were responsible for the intensification of hunger in indigenous territories and the need for interventions to promote the nutritional and nutritional sovereignty of this group.

Keywords: Indigenous Question1. Food Safety 2. Public Policies 3. Human Rights

1 INTRODUÇÃO

Em 2022 o Brasil retornou ao mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU), a problemática da fome permeia a realidade dos grupos mais vulnerabilizados, como é o caso das populações indígenas, que na cena contemporânea vivenciam a intensificação da negação a direitos humanos

¹ Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA); agnesmaria.gama@gmail.com

² Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA); sesoufpa22@gmail.com

³ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA); nathy.luz.391@gmail.com

⁴ Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA); talita.sousa@icsa.ufpa.br

⁵ Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA); wellen.miranda@icsa.ufpa.br

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



fundamentais, como é o direito à alimentação, que este está intrinsecamente ligado a outras garantias como a demarcação dos territórios.

Nesse sentido, durante o governo Bolsonaro (2019-2022) diversas medidas foram tomadas sinalizando o posicionamento claro do Estado para com os povos indígenas, um período sem precedentes no desmonte da política indigenista e de graves quadros de desnutrição e fome nos territórios de povos tradicionais.

Em vista disso, ressalta-se que a questão ambiental é central na discussão sobre insegurança alimentar indígena, pois compreende-se que a terra é a fonte de vida em todos os sentidos para esta população, que depende da diversidade existente em suas reservas para se manterem, o que tem sido impactado com os avanços do agronegócio, madeiras, garimpos, hidrelétricas, mineradoras e projetos políticos articulados com o interesse do grande capital, assim, esse cenário é o palco do drama enfrentado por esses grupos, que têm o acesso à alimentos prejudicado, demandando ações urgentes.

Dessa forma, este estudo tem por objetivo discutir a (in)segurança alimentar dos povos indígenas no país de forma contextualizada com os fenômenos políticos e conjunturais que marcam a intensificação da luta pela vida dos povos originários do Brasil no último governo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo qualitativa, com base no materialismo histórico dialético objetivando tecer uma discussão teórico-crítica.

O texto está organizado em 06 tópicos, iniciando pela presente introdução, seguida de uma discussão sobre “A insegurança alimentar de populações indígenas”, em que se aborda aspectos da problemática no país, seguido de uma contextualização do “Capitalismo e a Questão Indígena-ambiental” que é intrínseca ao debate em tela; para então apresentar um panorama da “Barbárie na cena contemporânea e a luta pela vida” dos povos indígenas, que aborda o cenário posto durante o último governo, e em seguida discute-se sobre “Políticas Públicas para a

PROMOÇÃO



APOIO



Promoção da soberania Alimentar e nutricional indígena” e por fim as considerações finais.

2 A (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR DE POPULAÇÕES INDÍGENAS

A insegurança alimentar e nutricional é uma das expressões da questão social gestada no contexto do capitalismo, o qual intensifica cotidianamente a desigualdade social e por conseguinte, impacta negativamente no acesso à alimentação, que é um direito humano fundamental, se apresentando de forma mais acentuada geograficamente em lugares historicamente marginalizados do desenvolvimento social.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) para classificar a insegurança alimentar em três níveis, quais sejam Insegurança Alimentar leve, que leva em conta o acesso a certa quantidade e qualidade de alimentos; a moderada, quando se apresenta uma limitação na quantidade de alimentos e a grave, que se caracteriza pela fome e seu conceito consiste em:

A definição de segurança alimentar adotada pelo governo brasileiro, pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e que serve como base para a definição de políticas públicas de promoção da segurança alimentar é descrita como o **acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais**, tendo como princípio práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sociais, econômicas e ambientalmente sustentáveis. (FÁVARO, 2007, p.01).

De acordo com o censo demográfico (2010) divulgado pelo IBGE, o Brasil tinha um quantitativo populacional de 817 mil indígenas, distribuídos no território em mais de 300 etnias, falantes de mais de 275 línguas e de acordo com o censo a maioria atualmente se concentra na região Norte do país, especialmente na Amazônia.

Ressalta-se que no que se refere a políticas de promoção de segurança alimentar aos povos indígenas, que também abrange a saúde dos mesmos, em 1999 foi articulado ao Sistema Único de Saúde (SUS) um subsistema de atenção à saúde



indígena (SasiSUS), gerido pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa/1991), quando foram instituídos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI/1999), estes distrito, sob responsabilidade sanitária federal, se constituem como unidades gestoras descentralizadas com vistas à promoção da saúde indígena, correspondentes a um ou mais territórios indígenas, prevê-se que os DSEI's possuam as Casas de Saúde Indígena (CASAI) e um Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI) que são incumbidos de monitorar, fiscalizar e propor políticas para o fortalecimento da saúde nos distritos.

Em 2003, a FUNASA começou a implantar o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) nos distritos sanitários e em 2010 foi criada a Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI, integrando-se ao Ministério da Saúde, passando a coordenar o Subsistema de atenção à saúde indígena em consonância com a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

No entanto, no que se refere a insegurança alimentar dos povos indígenas, ainda não há a sistematização ou informações oficiais, apenas algumas pesquisas com pequena parcela dessa população.

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) tem desde então avaliado e mensurado a experiência de insegurança alimentar de domicílios rurais e urbanos, inicialmente na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e posteriormente na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde. **No entanto, os povos indígenas não foram especificamente examinados nesses levantamentos**, a despeito do reconhecimento das suas vulnerabilidades alimentares. [...] De um conjunto de 305 etnias indígenas oficialmente reconhecidas pelo Estado, a aplicação propriamente dita de alguma versão da EBIA foi feita entre os Terena e, sobretudo, entre os subgrupos ou parcialidades Guarani, povos sobre os quais há uma extensa literatura clássica e contemporânea. Estudos prévios ou complementares foram realizados também junto aos Guarani e, ainda, entre os Kanamari e Kulina, do Amazonas. (ATHILA, 2020, p.01-03).

É mister salientar que a discussão sobre a segurança alimentar e nutricional desses povos perpassa pela soberania territorial, que se vê impactada por grandes projetos como hidrelétricas, atividades mineradoras, madeireiras, agropecuária, monoculturas, onde o meio ambiente, solo e recursos hídricos passam a ser

PROMOÇÃO



APOIO



destruídos, somando-se à violência que cerca os territórios tradicionais, acabam por tornar o cenário de conflitos e ataques a todas as formas de vida e resistência desses povos, assim, é indispensável discutir a relação capital, meio ambiente e populações indígenas.

Por isso, em seguida discute-se a relação que é embrionária dos povos originários e seus territórios e os conflitos emergentes que tem gerado mortes, violências, destruições e fome, tendo em vista que são crescentes as investidas do capital nas riquezas naturais dessas área.

3 CAPITALISMO E QUESTÃO INDÍGENA-AMBIENTAL

A questão indígena no Brasil é um tema de grande relevância e complexidade. Os povos indígenas são considerados os primeiros habitantes do território brasileiro, com uma história e cultura ricas que remontam a milhares de anos. No entanto, desde o período colonial, os indígenas têm sido alvo de violências, desrespeito aos seus direitos e perda de territórios.

Um dos principais desafios enfrentados pelos povos indígenas no Brasil é a demarcação e proteção de suas terras. A Constituição de 1988 reconheceu o direito dos indígenas à posse permanente de suas terras ancestrais, enquanto povos originários. No entanto, muitos territórios ainda não foram demarcadas ou enfrentam processos de invasão e grilagem por parte de interesses econômicos, como o agronegócio, a mineração, grandes projetos e a exploração ilegal de recursos naturais. De acordo com Darcy Ribeiro, o indígena:

A predisposição dos grupos indígenas à aceitação ou rejeição de inovações permite classificar as culturas tribais como relativamente flexíveis e maleáveis ou como rígidas e conservativas. Entretanto, uma postura aberta tanto pode facilitar as alterações necessárias ao enfrentamento da nova situação e a conquista de um novo equilíbrio, como pode acelerar o processo de transfiguração acumulando compulsões que, em certos casos, levam os grupos indígenas a um colapso (1996, P. 392).

O capitalismo e a questão indígena no Brasil estão intimamente relacionados e têm gerado um histórico de conflitos e desafios significativos. O sistema capitalista

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



é baseado na busca por lucro e na propriedade privada dos meios de produção. No contexto brasileiro, isso tem levado à exploração dos recursos naturais, incluindo terras indígenas, em nome do desenvolvimento econômico.

A presença de grandes reservas naturais nas terras indígenas brasileiras desperta o interesse de setores econômicos, como o agronegócio, a mineração e energia. A exploração desses recursos muitas vezes ocorre sem o consentimento e a consulta prévia dos povos indígenas, violando seus direitos e sua cultura. A apropriação de terras indígenas para atividades econômicas tem resultado em desmatamento, degradação ambiental e perda da biodiversidade.

Observa-se, portanto, que as populações indígenas sofrem com a falta de acesso a serviços básicos, como saúde, educação e infraestrutura adequada. A pressão econômica sobre as terras indígenas, aliada à falta de políticas efetivas de proteção e demarcação de terras, tem levado ao aumento de conflitos fundiários e violência contra os indígenas.

Além disso, os indígenas enfrentam problemas relacionados à saúde, educação e preservação de suas culturas. As comunidades indígenas sofrem com a falta de acesso a serviços básicos de saúde, o que contribui para altas taxas de mortalidade e desnutrição infantil e doenças evitáveis, situações agravadas pelos conflitos e violências contra os indígenas, pois cotidianamente são alvos de ataques e violações de direitos humanos, incluindo assassinatos, estupros, agressões físicas, ameaças, principalmente seus líderes e defensores.

Apesar dos desafios, é importante destacar que os povos indígenas têm se organizado e lutado por seus direitos, buscando a valorização de suas culturas, a demarcação de suas terras e a garantia de políticas públicas que respeitem sua autonomia e autodeterminação. Organizações indígenas e movimentos sociais têm desempenhado um papel fundamental na defesa dos direitos indígenas e na conscientização da sociedade sobre as questões enfrentadas por esses povos.

Dessa forma é essencial que ações efetivas sejam promovidas no sentido da demarcação e proteção das terras indígenas, fortalecimento da autodeterminação e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



da participação indígena nas decisões que afetam suas vidas, são elementos cruciais para promover uma abordagem mais equitativa e respeitosa em relação aos povos indígenas.

Diante desse cenário é fundamental que o Estado brasileiro e a sociedade em geral reconheçam e respeitem os direitos indígenas, promovendo ações concretas para a proteção de suas terras, o fortalecimento de suas culturas e a garantia de sua participação ativa nas decisões que afetam suas vidas. O diálogo, o respeito e o reconhecimento da diversidade cultural são elementos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

4 A BARBÁRIE NA CENA CONTEMPORÂNEA E A LUTA PELA VIDA

Durante o último governo, diversas articulações foram feitas e acabaram por beneficiar os interesses capitalistas e ocasionaram o desmonte da política indigenista no país, que sem respaldo do Estado, passaram a vivenciar um ambiente de calamidade e fome.

Pode-se citar que o então presidente Jair Bolsonaro pautou o Projeto de Lei 191/2020, prevendo a exploração de recursos em terras indígenas, como a mineração, exploração de gás e petróleo e de recursos hídricos; ademais o PL 490/2007 que prevê mudanças no usufruto da terra pelos povos originários, atrelados a tese do marco temporal, que defende que só seriam consideradas terras indígenas os territórios ocupados na data da promulgação da Constituição Federal de 1988, apesar de não ser uma proposta recente, foi no último governo que as discussões ganharam força e desencadearam a chamada “luta pela vida” e a mobilização dos povos indígenas em âmbito nacional.

Além disso, nesse período foram vetadas medidas que pudesse garantir maior proteção nos territórios, diminuição dos repasses para as políticas como a saúde, o que foi devastador no período pandêmico.

A nota técnica do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) mostra que, em 2020, o orçamento autorizado para a Saúde Indígena no país apresentou o valor mais baixo dos últimos oito anos. Ademais, no ápice da disseminação

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

da Covid-19 no Brasil, nos meses de abril e maio, a quantia gasta para garantir a saúde nas TIs ficou abaixo daquela do mesmo período no ano anterior, um verdadeiro contrassenso face aos efeitos devastadores na pandemia entre povos indígenas (Inesc, 2020b). Outro fato digno de nota foram os vetos do presidente Jair Bolsonaro ao PL 1142/2020, que propôs medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 entre os povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais. (MACHADO, Ana Maria; WEIS, Bruno; *Et al*, 2020, p. 10).

Também no governo Bolsonaro, como divulgado pelo Dossiê “Fundação anti-indígena: um retrato da Funai no governo Bolsonaro” da parceria entre os Indigenistas Associados (INA), a Associação de Servidores da Funai e o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc):

A Fundação Nacional do Índio (Funai), historicamente vinculada ao Ministério da Justiça (MJ), tem a sua supervisão transferida para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Também a atribuição que sempre esteve na Funai, de realizar a identificação e delimitação das terras indígenas, passa para a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), também ficando nesse Ministério, e não mais no MJ, a competência para expedir portaria declaratória das terras indígenas. Coube, por fim, ao Mapa, e não mais à Funai, a atribuição para se manifestar como interveniente em processos de licenciamento ambiental que afetem povos indígenas. (INESC, 2022, p. 12).

Ainda de acordo com o dossiê, durante seu governo, Bolsonaro por meios as leis orçamentárias, suprimiu recursos a política indígena, no âmbito da Funai foram alegadas perseguições a servidores de carreira, bem como substituições, quando foram nomeados militares, para cargos na Fundação.

O ex-presidente nomeou nomes para as questões ambientais que não eram comprometidos com as pautas ambientais, mas sim, ruralistas, “Salles iniciou, juntamente com outros setores do governo, especialmente os ligados ao setor agrícola, um conjunto de ações que fragilizaram o Ministério do Meio Ambiente” (ANA, 2019, apud SCANTIMBURGO, 2020, p. 06).

Um panorama que expõe os ataques e o desencadeamento de ações que acabaram por servirem de articulação para as investidas do capitalismo ultraneoliberal nas reservas ambientais indígenas, movidas com a ajuda de parlamentares.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Entre 2019 e 2020, nos primeiros anos do Governo Bolsonaro, observou-se um crescimento exponencial do garimpo ilegal e do desmatamento na TIY. Segundo o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon, no período de agosto de 2019 a julho de 2020, a TIY esteve entre as dez áreas protegidas mais pressionadas por desmatamento na Amazônia Legal. Entre agosto e setembro de 2020, a TIY permanecia nesse ranking funesto. Tal fenômeno está diretamente relacionado aos discursos pró-garimpo do atual Governo e da promessa de campanha do presidente pela legalização da mineração e do garimpo em Terras Indígenas (TIs). Nesse período, também houve um desmonte de órgãos indigenistas e de fiscalização ambiental, evidenciado pela diminuição drástica de seu orçamento, pela queda no número de autuações ambientais e nos recordes de desmatamento e queimada na Amazônia e Pantanal. (MACHADO, Ana Maria; WEIS, Bruno; *Et al*, 2020, p. 08).

Em que pese a segurança alimentar da população indígena no último governo, destaca-se com a pandemia de Covid-19, houve uma intensificação da fome, tendo em vista que nesse período teve aumento na exploração na região amazônica, da violência e invasão dos territórios, o que colocou qualquer forma de segurança dos povos indígenas sob a fragilidade, bem como insuficientes e ineficazes ações do governo.

Nesse cenário a emergência indígena foi denunciada pelo movimento indígena nas redes sociais que lhes são representativas (Mídia Índia, APIB, COIAB, etc.), podendo ser citada a situação dos povos Yanomami, que de acordo com o Fundo das Nações Unidas Para a Infância (UNICEF) em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em 2019, no “Seminário Nacional sobre os Determinantes Sociais da Desnutrição de Crianças Yanomami”, divulgou dados que afirmavam que oito em cada dez crianças menores de 05 anos apresentavam desnutrição crônica.

A Terra Indígena Yanomami (TIY) é habitada pelos povos Yanomami e Ye'kwana e está localizada na fronteira do Brasil com a Venezuela, nos estados de Roraima e Amazonas, abrangendo uma área de cerca de 9,6 milhões de hectares. Sua população atual é acima de 26.785 pessoas (Sesai/MS, 2018), distribuídas em mais de 360 aldeias, interligadas por redes de trocas que mantêm um grande fluxo de pessoas entre as diferentes regiões da TIY. (MACHADO, Ana Maria; WEIS, Bruno; *Et al*, 2020, p. 07).

Destaca-se também a contaminação dos rios com mercúrio pelas atividades de garimpo e por conseguinte dos indígenas que consomem peixes e a água contaminada.

PROMOÇÃO



APOIO





A exposição aos vapores do mercúrio, o que é comum no seu uso por garimpeiros na manipulação do amálgama para obtenção de ouro, resulta na “absorção pela via pulmonar e em menor proporção através da via dérmica” (LARINI, 1997, p. 129). Quando isso ocorre, são observados sintomas neurológicos, distúrbios neuropsíquicos [...] anorexia, perda de peso, insônia, aparecimento de tremores faciais que se estendem para os membros superiores e inferiores e transtornos renais. Em caso de envenenamento agudo, a morte pode ocorrer entre um a cinco dias (SOUZA; LINS, 1989; LARINI, 1997; GIBB; O’LEARY, 2014). Tal manipulação de mercúrio se dá em balsas e às margens do Rio Uraricoera, trazendo prejuízos à já poluída água consumida pelos Yanomami. (RAMOS; OLIVEIRA; RODRIGUES; 2020, p. 05)

Dessa forma, ainda repercutem os lastros dessa política anti-indigenista, tendo em vista que votações de projetos de lei ainda tramitam, como é o caso do PL/490, e demandam constantes mobilizações dos povos indígenas de todo o país.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL INDÍGENA

Diante desse cenário, é mister salientar a urgência de ações que vão desde a proteção e demarcação dos territórios à implementação de políticas específicas para que a segurança alimentar seja promovida, nesse sentido, quando se fala em políticas públicas.

No que concerne a questão da segurança alimentar dos povos indígenas, compreende o entendimento do significado do território, das relações culturais estabelecidas, da proteção especial e integral, de preservação de hábitos culturais, a terra que possui uma função essencial.

Falar de alimentação indígena em um país de dimensões continentais como o Brasil requer um criterioso cuidado, para não cairmos em generalizações. São muitas as dimensões a serem consideradas. Além dos diversos ecossistemas, com condições ecológicas distintas, temos uma grande sociodiversidade com particularidades de adaptação ambiental. Essa sociodiversidade é resultante da reunião de centenas de povos indígenas remanescentes, dos estrangeiros que vieram ou foram trazidos por motivos variados e da população resultante da miscigenação desses contingentes populacionais. Além desse aspecto, temos ainda as diferenças culturais da população: das grandes cidades; das pequenas povoações; dos ambientes rurais; das comunidades ribeirinhas e das sociedades indígenas afastadas do mundo urbanizado; e, em uma condição ainda mais peculiar, dos povos indígenas isolados que vivem autonomamente em seus territórios de perambulação e vida. (SALGADO, 2007, p.10).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



As políticas públicas voltadas para a segurança alimentar indígena desempenham um papel crucial na promoção da saúde, bem-estar e soberania alimentar das comunidades indígenas que habitam a região. A insegurança alimentar enfrentada por esses povos é um problema complexo e multifacetado, resultado de uma série de desafios socioeconômicos, ambientais e culturais.

A diversidade étnica e cultural das comunidades indígenas na Amazônia requer abordagens sensíveis e adaptadas às suas necessidades específicas. Portanto, as políticas públicas que visam abordar a insegurança alimentar nessas comunidades devem ser desenvolvidas de forma participativa, envolvendo as próprias comunidades indígenas no processo de tomada de decisão e também o poder político. (SALGADO, 2007)

Um aspecto fundamental das políticas públicas nesse contexto é o fortalecimento da produção de alimentos tradicionais indígenas. Esses alimentos, que são parte integrante da cultura e identidade indígena, são altamente nutritivos e adaptados às condições locais. Incentivar e apoiar a produção alimentar indígena, por meio do acesso à terra, recursos, capacitação técnica e apoio financeiro, é essencial para garantir a segurança alimentar dessas comunidades.

Além disso, as políticas públicas devem abordar os desafios relacionados à preservação ambiental e à gestão sustentável dos recursos naturais nos territórios. A degradação ambiental, o desmatamento e as mudanças climáticas têm um impacto direto na disponibilidade e qualidade dos recursos alimentares tradicionais indígenas, afetando sua segurança alimentar. Portanto, é fundamental adotar medidas para proteger e conservar os ecossistemas amazônicos, promovendo práticas sustentáveis e a gestão responsável dos recursos naturais.

Outro aspecto importante é o acesso a serviços de saúde adequados e de qualidade. As políticas públicas devem garantir o acesso equitativo a serviços de saúde, incluindo programas de nutrição, prevenção e tratamento de doenças relacionadas à alimentação. Isso inclui a promoção de dietas saudáveis, o monitoramento da segurança alimentar e a detecção precoce de problemas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

nutricionais, bem como o respeito aos conhecimentos tradicionais indígenas relacionados à medicina e nutrição.

Além disso, as políticas públicas devem promover a valorização e o respeito à cultura indígena, reconhecendo a importância da diversidade alimentar e da autonomia dos povos indígenas na escolha de seus alimentos. Isso implica em fortalecer as práticas alimentares tradicionais, o intercâmbio de conhecimentos entre as gerações e o respeito aos direitos territoriais indígenas.

Em resumo, as políticas públicas para combater a insegurança alimentar indígena, no país devem ser holísticas, abordando os aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais, sendo um compromisso que deve ser assumido pelo governo de forma comprometida. Nesse sentido, é notório que o Estado acaba por vivenciar as contradições entre interesses privados e coletivos, nesse viés, ações que privilegiam o econômico em detrimento do social e ambiental são desafios, destaca-se que tal posição do Estado foi visualizada no último governo de forma intensa.

Com isto, observa-se que não é qualquer política de segurança alimentar que irá trazer bons resultados na região Amazônica, de acordo com a FIAN uma organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas.

Na Amazônia, cenário de imensas riquezas naturais, pessoas passam fome – e não são poucas. Para se ter uma ideia do tamanho deste desafio para a população local, o índice médio de insegurança alimentar grave no Brasil, como um todo, gira em torno de 3,2%, enquanto na Amazônia a média é três vezes maior, de 9,7%. (Pnad/IBGE) 2004-2009-2013). (FIAN BRASIL, 2017).

As políticas públicas aplicadas com bons resultados em outras regiões não são, e às vezes são, insuficientes para caracterizar a região amazônica. Hodiernamente, não se vê políticas públicas aplicadas em relação ao bem-estar de alimentos com exclusividade aos povos indígenas da Amazônia. A exemplo:

Os programas da SESAN (Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) são: acesso à alimentação, à educação para a alimentação saudável; gestão da política de segurança alimentar e nutricional; construção de cisternas; programa de aquisição de alimentos; programa do leite; restaurante popular; cozinha comunitária e popular; banco de alimentos e colheita urbana; hortas comunitárias; consórcio de segurança alimentar e desenvolvimento local, (CONSADs); educação alimentar; apoio a comunidades quilombolas; apoio a comunidades indígenas e atendimento emergencial. Todos esses programas contemplam distintos projetos, sendo

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SAO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



que o Programa Fome Zero possui um conjunto de 25 políticas e 60 programas que atendem a três dimensões: estruturais, específicas e locais. (HIRAI; DOS ANJOS, 2007, p.348).

Ou seja, a maioria das políticas vinculadas “em especial aos mais pobres [...] Ainda sem o efetivo atendimento dessas reivindicações e sem uma política pública definida de enfrentamento efetivo da fome e da miséria” (SALGADO, 2007, p.139).

Portanto, o que é determinante no posicionamento em relação as políticas públicas dos povos indígenas no momento pandêmico, é que existiram políticas voltadas para os indígenas na Amazônia, porém sobre as questões de (in) segurança alimentar foram vetadas pelo atual presidente da época, e atualmente existem ainda campanhas que continuam ofertando cestas básicas para a população indígena.

Dessa forma, o governo atual tem grandes desafios que iniciam pela articulação à luta pela demarcação das terras indígenas e da expulsão de invasores, promover uma soberania alimentar e nutricional por meio de políticas pensadas em suas condições culturais e ambientais.

6 CONCLUSÃO

Diante desse cenário é importante ressaltar que a necessidade da demarcação e reconhecimento dos direitos originários é essencial e deve ser realizados em conjunto com políticas pensadas e efetivadas respeitando suas peculiaridades, são fatores que propiciarão a garantia da segurança alimentar e nutricional.

Trata-se de uma luta pela garantia de um direito humano fundamental que é à alimentação, mas mais do que isso, pelo direito ao território seguro e demarcado, um momento crucial, em que por meio de resistências, articulações e mobilizações os grupos tradicionais tem tencionado para que a política de genocídio seja freada.

Dessa forma há muito a se garantir e isso deve ser realizado de forma articulada e sensível as demandas e singularidades de cada etnia, um movimento que o Estado precisa assumir um posicionamento comprometido com a preservação e garantia dos direitos desse grupo.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais. 26ª edição, Brasília: Câmara dos Deputados, 2006.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. **Bolsonaro, Meio Ambiente, Povos e Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais: uma visada a partir da Amazônia**. Cadernos de Campo (São Paulo-1991), v. 29, n. 2, p. e178663-e178663, 2020.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 17 set 2006.

BEHRING, Elaine. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. – 6 ed.- São Paulo: Cortez, 2009

CASTRO, I. R. R. de. **A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição**. Cadernos De Saúde Pública. 2019.

HIRAI, Wanda Griep; DOS ANJOS, Flávio Sacco. **Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil**. Textos & Contextos (Porto Alegre), vol. 6, núm. 2, julho-diciembre, 2007, pp. 335-353 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, RS, Brasil.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Segurança Alimentar 2004/2009**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2010.

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos. **Dociê Um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro**. Disponível em: [Fundacao-anti-indigena Inesc INA.pdf](#)

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil Moderno**, São Paulo, companhia das Letras, 1996

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos** – 06º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALGADO, Carlos Antônio Bezerra. **Segurança alimentar e nutricional em terras indígenas**. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.4, n.1, p.131-186, jul. 2007.

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

WORLD WIDE FUND FOR NATURE. **Covid-19: indígenas da Amazônia continuam recebendo cestas básicas.** 2020. Disponível: <https://www.wwf.org.br/?76631/Pandemia-indigenas-da-Amazonia-continuam-recebendo-cestas-basicas>. Acesso em: 16/05/2023

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana Bleil. **Caderno segurança alimentar.** Paris: Fhp, 2000.

MORAIS, Dayane de Castro; SPERANDIO, Naiara; PRIORE, Sílvia Eloiza. **Atualizações e debates sobre Segurança Alimentar e Nutricional.** Viçosa, MG: UFV, 2020.

Organização das Nações Unidas (ONU) e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). **Mapa da Fome.** Roma, 2022.

RAMOS, Alan Robson Alexandrino; OLIVEIRA, Keyty Almeida de; RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Mercúrio nos garimpos da terra indígena Yanomami e responsabilidades.** Ambiente & Sociedade, v. 23, 2020.

SCANTIMBURGO, André. **O desmonte da agenda ambiental no governo Bolsonaro.** Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 52, 2018.

UNICEF. **Seminário Nacional sobre os Determinantes Sociais da Desnutrição de Crianças Yanomami.** Brasília, 28 de outubro de 2019. Disponível em: [UNICEF alerta sobre desnutrição crônica de crianças yanomamis](#) . Acesso em 23 de junho de 2023.

MACHADO, Ana Maria; WEIS, Bruno; Et al. **Xawara Rastros Da Covid-19 Na Terra Indígena Yanomami E A Omissão Do Estado.** 1ª Edição, São Paulo, Instituto Socioambiental, 2020. disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/xawara-rastros-da-covid-19-na-terra-indigena-yanomami-e-omissao-do-estado> . Acesso em 23 de junho de 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

